

conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2015.

- 1.1. A prestação dos serviços compreende, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo e demais utensílios necessários à execução dos serviços.
- 1.2 Os serviços a serem executados têm sua **METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E ROTINA** previstas no Termo de Referência e em caso de omissão, lacunas ou falta de especificações serão aplicadas as rotinas previamente contidas na IN 02/2008.
- 1.3 A eventual divergência entre as disposições contidas nos instrumentos que integram este Contrato será dirimida com a seguinte ordem de prevalência das disposições sobre as demais: Contrato, Termo de Referência, Edital, IN 02/2008, Proposta Comercial e Lei 8.666/93.
- 1.4 Os serviços serão prestados nos horários, locais, condições e jornada de trabalho definidos no Termo de Referência.
- 1.5 O Termo de Referência, o Edital com seus anexos e a Proposta integram em sua totalidade o presente Contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A legislação aplicável à contratação do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal na Lei nº 10.520, de 2002 – que instituiu a modalidade de licitação pregão para aquisição de bens e serviços comuns; no Decreto nº 5.450, de 2005 – que regulamentou o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns; e subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações – Lei Geral de Licitações e Contratos; no Decreto nº 3.722, de 2001 – que dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (com a alteração promovida pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002); no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997 – que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal; na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 – que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não (alterada pelas Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 03, de 16 de outubro de 2009, nº 04, de 11 de novembro de 2009, nº 05, de 18 de dezembro de 2009, nº 06 de 23 de dezembro de 2013 e nº 3, de 24 de junho de 2014); na Portaria SLTI/MPOG, que atualiza os valores limites para contratação de serviços de limpeza e conservação para a Unidade Federativa do Estado de Roraima; Resolução CNJ 169/2013; bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas no edital da licitação e seus Anexos.
2. O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 014/2015, seus anexos e à proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.
3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, conforme abaixo discriminada:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA



TERMO DE CONTRATO N.º 013/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA, E G REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA PARA A CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do Tribunal de Regional Eleitoral de Roraima, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - Boa Vista - RR - CEP. 69.306-685 inscrito no CNPJ: 05.955.085/0001-85 - PABX: (95)2121-7000 - FAX: (95)2121-7007, representado pelo seu Diretor-Geral, substituto, o senhor **ADRIANO NOGUEIRA BATISTA**, portador da Carteira de Identidade de n.º 89.800, expedida pela SSP-RR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 323.230.262-91, no uso da competência contida no art. 86, inciso XX da Resolução TRE-RR nº 234/2015, e do outro lado:

CONTRATADA: Empresa: **G REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA**, CNPJ: **02.037.069/0001-15**, Endereço: Rua Abílio Nery, nº 1100 – Petrópolis - Manaus/Amazonas, CEP: 69.063-320, Fone: (92) 3631-8159/3016-4187/3186-3189; e-mail: atendimento@grefrigeração.com.br. **DADOS BANCÁRIOS:** Banco Bradesco S/A, Agência: 1999, Conta-corrente: 40140-4, representado neste ato pelo senhor **LUIZ GONZAGA AQUINO DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade nº 0730682-2 SSP/AM, CPF: 235.673.922-04, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pela procuração contida nos autos.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justos e avençados a celebração do presente contrato, instruído no Pregão Eletrônico 014/2015, mediante ainda as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS LOCAIS ONDE OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS

1. O presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização nas dependências da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e demais Cartórios Eleitorais de Roraima,

Ação: 02.122.0570.20GP.0014 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE; Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros PJ; Nota de Empenho: 2015NE000273

4. As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento, respeitando a mesma classificação orçamentária original ou aquela que porventura a substitua.
5. A despesa para os anos em que ocorrerem eleições, será utilizada da Ação própria – Pleitos Eleitorais, ou outra que porventura venha substituí-la, sendo que a indicação dos créditos e empenhos para sua cobertura será oportunamente realizada por meio de termos aditivos ou apostilamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

1. O contrato estima **R\$ 418.404,89 (quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e nove centavos)** para despesas com os postos de trabalhos.
2. O contrato estima **R\$ 13.655,04 (treze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)** para custear serviços extraordinários.
3. O contrato estima o quantitativo de **R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais) diárias anuais**, sendo **05 (cinco) diárias por mês** para cada posto de trabalho, cujo valor é definido pela Convenção Coletiva da Categoria Profissional, atualmente, conforme Cláusula Décima Terceira da Convenção Coletiva nº RR00001/2015, correspondendo a **R\$ 100,00 (cem reais)** o valor unitário da diária.
4. O contrato estima **R\$ 122.820,00 (Cento e vinte e dois mil, oitocentos e vinte reais)** para despesas com os materiais de higiene pessoal, de limpeza e de higienização, nos quantitativos definidos no Termo de Referência, a serem usados na execução dos serviços relativos aos postos de trabalho.
5. Os postos e quantitativos, locais e horários de trabalho, com os respectivos valores correspondentes à mão de obra, estão detalhados abaixo:

Categoria	Qtde.	Local	Horário	Total semanal	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
	06	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - Boa Vista	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	13.075,14	156.901,68
	02	1ª ZE - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - Boa Vista	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	4.358,38	52.300,56

Servente	01	2ª ZE – Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro – Caracaráí	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	2.179,19	26.150,28
	01	3ª ZE – Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - Alto Alegre	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	2.179,19	26.150,28
	01	4ª ZE - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - São Luiz do Anauá	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	2.179,19	26.150,28
	02	5ª ZE - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - Boa Vista	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	4.358,38	52.300,56
	01	6ª ZE - Rua. Raimundo Germiniano de Almeida, 176, Centro - Mucajaí	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	2.179,19	26.150,28
	01	7ª ZE - Av. Guiana, s/n, Centro – Pacaraima	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	2.179,19	26.150,28
	01	8ª ZE - Av. Francisco Reginato, s/n.º - Rorainópolis	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00 08:00 às 12:00- Sábado	44 horas	2.179,19	2.179,19	26.150,28
Custo anual dos postos			R\$ 418.404,48(quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e oito centavos)				

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Para fiel cumprimento das obrigações contratada e empresa deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93.
2. A garantia contratual na modalidade de caução em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito em uma conta garantia na Caixa Econômica Federal, conforme artigo 82 do Decreto nº 93.872/1986, titulada pelas partes: CONTRATADA (caucionária) e Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (beneficiário).
3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
5. Se a CONTRATADA optar por fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
6. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.
7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.
8. Havendo prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá atualizar a garantia, cujo valor corresponde ao valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do início da prorrogação.
9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventualmente valores devidos ao CONTRATANTE.
10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
 - d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
12. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis para apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
13. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
14. A garantia será considerada extinta:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

c) A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, desta Instrução Normativa 02/2008.

15. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

1. O objeto contratual será executado pela **CONTRATADA**, na modalidade de execução indireta (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.666/93), no regime de empreitada por preço unitário (art. 6º, VIII, “b”, da Lei nº. 8.666/93).

2. Os serviços contratados deverão ser realizados de acordo com o estabelecido neste Contrato e demais documentos que o integram, não sendo aceitos serviços, cuja prestação não tenha sido autorizada ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato e demais documentos que o integram.

3. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do Contrato e eficácia plena após a publicação do extrato no Diário Oficial da União.

3.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado e demonstrado as vantagens para o CONTRATANTE de sua prorrogação.

3.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4. A prorrogação da vigência pode ser efetuada mediante Termo Aditivo, sendo observados os seguintes requisitos abaixo:

- I - os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II - a Administração mantenha interesse na prorrogação da realização do serviço;
- III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- IV - a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

5. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado obedecendo a seguintes previsões:

- I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;
- II - os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, e guardam a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE será utilizado com índice padrão deste Contrato;

6. Os valores deste Contrato ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP (atualmente definido pela Portaria nº 22, de 31 de março de 2014).

7. Caso os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações deste contrato (art. 30-A, §3º da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, incluído pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013).

8. Por ocasião da renovação contratual, os custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, serão objeto de negociação pela administração para a redução e/ou eliminação dos mesmos, de acordo com o art. 30-A, §4º da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, incluído pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A **CONTRATADA**, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 014/2015, deve:

- 2.1 nomear preposto para durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 2.2 manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições, sob pena de rescisão do contrato;
- 2.3 operar e agir com organização completa, fornecendo toda a mão de obra, devidamente uniformizada, treinada e preparada, para os serviços objeto do presente Contrato, além dos equipamentos e materiais, indispensáveis à execução desses serviços, realizando, também, todas as atividades inerentes a execução dos serviços;
- 2.4 assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, possuam **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL**, podendo a **CONTRATANTE** exigir, fundamentadamente, a imediata substituição de qualquer empregado cujo comportamento ou desempenho julgue inconveniente ou inadequado;
- 2.5 apresentar ao **CONTRATANTE**, por meio de ofício, antes do início da execução contratual a relação dos empregados que executarão os serviços, com a comprovação de qualquer requisito definido no Termo de Referência, procedendo da mesma forma no caso de eventuais substituições de empregados relacionado à execução deste contrato;
- 2.6 assegurar a continuidade normal dos serviços, mesmo nos casos de falta ou férias de seus empregados, providenciando a pronta substituição dos mesmos por outros devidamente aptos e habilitados;
- 2.7 respeitar as diretrizes e ordens apresentadas pela **CONTRATANTE** especialmente no que diz respeito ao atendimento de normas internas e externas relacionadas à segurança da informação, ao acesso às dependências e às normas de higiene e segurança do trabalho;
- 2.8 manter, desde o início do Contrato, um livro "**Diário de Serviços**" e **Cartões ou folha de ponto** para lavrar todas as ocorrências do dia, tais como: número de funcionários presentes, paralisação dos serviços e suas causas, acidentes etc. O livro "**Diário de Serviços**" será periodicamente vistoriado e assinado pelo responsável da **CONTRATADA** e pelo responsável da **CONTRATANTE**;
- 2.9 equipar seus empregados com equipamentos de EPI's e EPC's, necessários à execução das tarefas;

- 2.10 receber e providenciar as devidas correções das reclamações repassadas pela **CONTRATANTE**;
- 2.11 responder, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável pelas obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, permanecendo a **CONTRATANTE** isenta de toda e qualquer responsabilidade;
- 2.12 realizar, dentro do prazo legal, o pagamento de salário de seus empregados, bem como o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e demais benefícios e encargos estabelecidos em lei e em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.
- 2.13 pagar os salários aos seus empregados no valor correspondente ao que foi informado na planilha de custos apresentada com a Proposta Comercial vencedora da licitação e mediante depósito em conta bancária do empregado, em agência situada na localidade da prestação do serviço.
- 2.14 assumir o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais e do seguro de acidente de trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato;
- 2.15 restituir à **CONTRATANTE** a diferença de imposto, taxas e contribuições que tiveram suas alíquotas ou tarifas reduzidas durante a vigência deste Contrato;
- 2.16 apresentar as guias de recolhimento dos impostos, taxas, contribuições e todo e qualquer encargo social a que esteja vinculada, responsável solidária e obrigada, cuja obrigação tributária tenha sido originada no mês ou meses anteriores ao nascimento do fato gerador referente às suas atividades, sempre que a **CONTRATANTE** lhe solicitar;
- 2.17 implantar, junto a seus empregados em atividade no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (Sede Administrativa e Cartórios Eleitorais) o **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, nos moldes da Norma Regulamentadora nº 07 do Ministério do Trabalho**;
- 2.18 apresentar, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, comprovante dos exames médicos, cujas obrigatoriedades estão previstas nos arts 168 e 169 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO - Norma Regulamentadora nº 07 do Ministério do Trabalho;
- 2.19 responsabilizar-se por eventuais quebras, danos ou furtos ocasionais praticados por seus empregados, ou por falha na prestação do serviço, em instalações da

CONTRATANTE, obrigando-se, desde já, a promover a reposição ou indenização correspondente;

- 2.20 responsabilizar-se e arcar com os ônus decorrentes de todas as reclamações ou ações judiciais ou extrajudiciais de culpa ou dolo da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato e que possam ser alegadas por terceiros, contra a **CONTRATANTE**;
 - 2.21 manter ou instalar escritório na cidade de Boa Vista-RR, local da prestação do serviço, a ser comprovado no prazo máximo de 60 dias, contados do início da vigência contratual;
 - 2.22 comunicar à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos solicitados;
 - 2.23 fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
 - 2.24 refazer os serviços que, a juízo do representante da **CONTRATANTE**, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
 - 2.25 cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
 - 2.26 administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
 - 2.27 assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
 - 2.28 instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
3. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **CONTRATANTE**, nem pode onerar o objeto deste contrato.
4. Caso a **CONTRATADA** não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a **CONTRATANTE** autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas. Tais valores deverão ser depositados na conta-vinculada.
5. A **CONTRATADA** deverá, se solicitado previamente pela **CONTRATANTE**, executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso,

haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no dissídio da categoria envolvida.

6. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- 6.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- 6.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 6.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

7. O **CONTRATANTE**, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 014/2015 deve:

- 7.1. expedir a ordem de serviço;
- 7.2. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da **CONTRATADA**;
- 7.3. promover a alocação inicial dos postos de serviço e devidos ajustes;
- 7.4. colocar à disposição dos empregados da **CONTRATADA** local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- 7.5. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 7.6. exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- 7.7. comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 7.8. observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou setor previamente designado pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, permitida a assistência de terceiros.

2. O procedimento de avaliação dos serviços deverá ser realizado periodicamente pelo Fiscal do Contrato com a colaboração dos Chefes dos Cartórios Eleitorais, onde houver postos de prestação de serviços.

2.1. Os responsáveis pela fiscalização poderão documentar suas informações em relatórios ou livros de anotações, as/os quais servirão para o preenchimento do Acordo de Nível de Serviços, cujos itens estão contidos no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2015;

3. A prestação dos serviços será avaliada pelo Fiscal do Contrato que poderá aplicar o Acordo de Nível de Serviço;

4. O Acordo de Nível de Serviço está contido no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2015;

5. A unidade responsável pela fiscalização da execução do presente Contrato indicada pela **CONTRATANTE** ficará responsável pelo controle e acompanhamento da execução deste Contrato, em todas as suas fases, e a quem deverão ser encaminhados, pela **CONTRATADA**, todos os documentos pertinentes do objeto do presente Contrato, para atesto, ciência e outras observações que julgar necessárias ao cumprimento integral das Cláusulas ora acordadas.

5.1. O fiscal deverá, ainda:

a) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

b) prestar informações à **CONTRATADA** sobre os resultados do controle e acompanhamento dos serviços, bem como de aprovações, observações ou irregularidades havidas;

c) transmitir à **CONTRATADA** as determinações da **CONTRATANTE**;

d) apurar e indicar as imperfeições previstas no Acordo de Nível de Serviços descritas no Termo de Referência, bem como as sanções previstas neste Instrumento;

e) solicitar, a qualquer tempo, os documentos que comprovem o adimplemento, pela **CONTRATADA**, das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas relativas ao Contrato;

f) solicitar à **CONTRATADA** todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle das atividades;

g) determinar a prioridade de atividade e controle das suas condições de execução e solucionar quaisquer casos concernentes a esses mesmos assuntos;

h) solicitar, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora da **CONTRATANTE**, ou seja, julgada inconveniente.

5.2. a ação ou omissão da fiscalização em nada diminui ou exime a total responsabilidade da **CONTRATADA** pela execução das atividades contratadas.

5.3. quando atendidos os termos deste Contrato, o exercício da fiscalização, pela **CONTRATANTE**, não importará em abuso de direito.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento pela prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, condicionado à sua aceitação, ao "**ATESTO**" exarado pelo FISCAL do Contrato na Nota Fiscal/Fatura.

1.1. A documentação de cobrança deverá ser enviada o à Unidade responsável pela fiscalização do Contrato, dentro do horário comercial, com antecedência da data de seu vencimento, devendo indicar o número do Contrato e a descrição detalhada dos serviços executados.

2. O documento de cobrança deverá estar acompanhado da seguinte documentação:

2.1 – Documentos referentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços:

a) cópias das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GRF) e INSS (Guia de Previdência Social – GPS), com autenticação mecânica, ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet.

b) cópia do protocolo de envio do arquivo emitido pela conectividade social (GFIP).

c) cópia da respectiva Relação de Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, onde consta a **CONTRATANTE** como tomadora dos serviços, conforme estabelece a Lei nº 8.212, de 24.07.91 e demais legislação correlata.

d) cópia da folha de pagamento.

e) comprovante dos recibos do pagamento das verbas rescisórias, no caso de empregados demitidos.

2.2 – Documentos referentes ao mês da prestação dos serviços:

a) comprovantes de adimplemento dos salários e benefícios dos empregados envolvidos diretamente na prestação do serviço;

- b) cópias dos recibos de entrega de vale-transportes, vale-alimentação, uniformes, EPI's e EPC's quando for o caso, e de outros benefícios previstos no Contrato ou na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.
- c) certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, no qual esteja ocorrendo a prestação do serviço;
- d) certidão Negativa de Débitos das Contribuições Previdenciárias - CND, emitidas pela Secretaria da Receita Federal;
- e) certificado de Regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Poder Judiciário do Trabalho.

2.1. A documentação relativa às certidões de comprovação de regularidade fiscal e previdenciária poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, a exemplo do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos termos do art. 32, § 3º da Lei 8.666/93 c/c art. 14, parágrafo único, do Decreto nº 5.450/05.

3. A **CONTRATADA** deverá destacar no documento de cobrança os valores relativos ao fornecimento de material e mão de obra.

3.1 Caso seja optante pelo “**Simples**” a CONTRATADA deverá enviar juntamente com a nota fiscal/fatura documentos que comprove esta situação.

4. A **CONTRATANTE** deverá recolher os valores referentes ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, conforme tabela anexa à Instrução Normativa/SFB vigente.

4.1. do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

4.2. do INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

4.3. do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor;

4.4. Caso a **CONTRATADA** esteja dispensada da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, deverá ser destacada no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a fundamentação legal da dispensa da retenção, conforme estabelece a aludida Instrução Normativa/RFB.

5. Ocorrendo a alteração de alíquota ou a criação ou extinção de quaisquer tributos que venham a incidir sobre o presente o valor do Contrato, os preços básicos vigentes à época serão automaticamente reajustados em igual proporção.

6. O pagamento será feito, preferencialmente, mediante crédito em conta bancária ou, alternativamente, por meio de ordem bancária, fatura com código de barra ou ordem bancária de crédito. A **CONTRATADA** deverá indicar no documento de cobrança a modalidade e os elementos para o correto pagamento.

7. A **CONTRATANTE** não pagará juros de mora por atraso de pagamento referentes à prestação de serviço com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no Contrato.

8. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de deduzir de qualquer crédito devido as eventuais diferenças pagas a maior.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. A compensação financeira prevista nesta condição dar-se-á no mesmo ato da fatura em mora, desde que este atraso não tenha decorrido de fato de responsabilidade direta ou indireta da **CONTRATADA**.

11. Serão também deduzidos dos valores mensais a serem pagos à **CONTRATADA**, eventuais imperfeições apuradas no Acordo de Nível de Serviços.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato pode ser alterado por termo aditivo nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.



- 10.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;
11. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.
13. Com relação às parcelas referentes aos materiais, será admitido o reajustamento dos preços, mediante reajuste-indexação, com base no Índice de Preços do Setor de Asseio e Conservação (IPAC/FIPE) - Materiais e Equipamentos de Consumo.
14. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previsto, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostilamento, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- 1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - 1.2. Apresentar documentação falsa;
 - 1.3. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;
 - 1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 1.5. Fizer declaração falsa;

- 1.6. Promover o retardamento da execução do contrato;
- 1.7. Falhar na execução do contrato;
- 1.8. Fraudar a execução do contrato;
- 1.9. Cometer fraude fiscal;
- 1.10. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- 1.11. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

2. Para os fins de comportamento inidôneo serão considerados os atos descritos nos arts. 90, 92-97 da Lei nº 8.666/93.

3. Para as condutas: apresentar documentação falsa, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa, cometer fraude fiscal, inexecutar o contrato total, será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

4. Para as condutas: não assinar o contrato, não manter sua proposta, promover o retardamento da execução do contrato, falhar na execução do contrato, descumprir qualquer dos deveres contratuais e inexecutar parcialmente o contrato será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

5. O retardamento da execução do contrato estará configurado quando a CONTRATADA:

5.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;

5.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

6. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela de infrações descritas no Acordo de Nível de Serviços, porém, só será aplicada multa de 10% (dez por cento) quando a soma dos graus correspondentes alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

7.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8. Será considerado como falta grave compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 (art. 19 da Instrução Normativa nº 2-SLTI/MPOG, de 2008 - incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificado em 9 de janeiro de 2014 - publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

9. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **Contratada** ficará também sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 9.1. **Advertência:** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 9.2. **Multa:**
- a) **Moratória** de até 0,3 (zero vírgula três por cento ou três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia de atraso, a critério do TRE/RR, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) **Compensatória** de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- 9.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 9.4. **Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar** com o Órgão emissor do pedido, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 9.5. **Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF** pelo prazo de até cinco anos fundamento no artigo 7.º da Lei n.º 10.520/2002 e art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005;
10. As sanções de multa poderão ser aplicadas à **Contratada** juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do Órgão emissor do pedido e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
11. Na aplicação de qualquer das penalidades previstas será assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
14. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
16. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
17. Se a multa aplicada for superior ao valor da soma dos créditos existentes mais da garantia prestada, além da perda destes, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será quando for o caso, cobrada judicialmente.
18. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

19. O descumprimento total das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
20. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual ensejando a sua rescisão.
21. As multas não isentam a CONTRATADA de indenização por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa.
22. O período de ausência de pessoal, independentemente do fato ou responsabilidade de quem der causa, salvo por culpa exclusiva da CONTRATANTE, será deduzido do faturamento mensal, na exata proporção com a jornada diária regular multiplicada pelo número de dias úteis do mês, não sendo esta dedução considerada sanção para quaisquer efeitos, mas como serviço não prestado.
23. Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.
24. Esgotados os meios administrativos para cobrança dos valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente, ou descontados dos eventuais créditos oriundos dos demais contratos celebrados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescisão, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, considerando-se os motivos indicados no artigo 78 do mesmo Diploma Legal, preferencialmente mediante notificação por carta, contra recibo, assegurado o direito de defesa previsto nos artigos 78, parágrafo único, e 109, inciso I, alínea "e", ambos da Lei nº 8.666/93.

1.1. A notificação poderá ser realizada por outro meio hábil, desde que seja comprovado o envio e respectivo recebimento pela CONTRATADA.

1.2. A rescisão do Contrato poderá ocorrer em uma das formas prevista no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

1.2.1. A rescisão poderá ser amigável, conforme o inciso II, do artigo 79, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE** e seja comunicada por meio de aviso formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

1.2.2. A efetivação da rescisão de forma amigável só poderá ocorrer após a comprovação de quitação de todos os débitos da **CONTRATADA** perante os prestadores de serviços, ao fisco e à **CONTRATANTE**.

1.2.3. Na hipótese de aceitação de seguro-fiança como parte de quitação dos débitos da **CONTRATADA**, antes da efetivação da rescisão amigável deverá a seguradora se

posicionar de forma conclusiva sobre a possibilidade do recurso, em caso de rescisão amigável, pela **CONTRATANTE**.

2. Caso a **CONTRATANTE** não utilize o direito de rescindir o Contrato nos termos desta Cláusula, e sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, suspender ou intervir na execução do Contrato, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a(s) condição(ões) contratual(is) infringida(s).

3. Constitui motivo bastante para a rescisão do Contrato, de forma unilateral pela **CONTRATANTE**, a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, sem aprovação prévia da **CONTRATANTE**, e a não manutenção da regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e social pela **CONTRATADA**.

4. A **CONTRATADA** responderá ainda, em caso de rescisão unilateral por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, pelo eventual dano causado à **CONTRATANTE** correspondente à diferença entre o preço estabelecido neste instrumento e aquele que a **CONTRATANTE** vier a pagar a outro prestador de serviço pelo período em que este contrato deveria permanecer vigente, sem prejuízo da responsabilidade civil decorrente do disposto nos artigos 927 e 935 do Código Civil.

5. Poderá dar ensejo à rescisão do contrato o não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias dos empregados, bem como o não pagamento dos salários, do vale transporte e do auxílio alimentação.

5.1. A inexecução contratual acima, também ensejará a aplicação de multa por inexecução contratual, além da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

6. O atraso na apresentação da garantia contratual autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIA

1. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas, com a devida confirmação de recebimento, por carta, telegrama, fax ou correio eletrônico.

1.1. As comunicações dirigidas à **CONTRATADA**, deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, 543 – SÃO PEDRO – BOA VISTA - RR

1.2. As comunicações dirigidas à **CONTRATANTE**, deverão ser encaminhadas a Unidade de Fiscalização deste Contrato no seguinte endereço: TRIBUNAL REGIONAL

ELEITORAL DE RORAIMA - AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHKE, 543 – SÃO PEDRO – BOA VISTA - RR

1.3. Eventuais alterações dos endereços mencionados nesta Cláusula poderão ser formalizadas mediante comunicação com confirmação de recebimento, sem necessidade de aditamentos ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

1. - Com fulcro no artigo 19 – A, da Instrução Normativa nº 02/2008, e suas alterações, da Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça, e da Instrução Normativa nº 4 do Tribunal Superior Eleitoral, de 17.5.2011 a **CONTRATANTE** poderá utilizar todos os dispositivos constantes nos dispositivos legais citados, no que se refere à aplicação do **SISTEMA DE CONTA VINCULADA**, objetivando a proteção dos direitos trabalhistas dos empregados da **CONTRATADA**, envolvidos na prestação dos serviços, bem como a proteção ao erário público no caso do descumprimento por parte da **CONTRATADA**, nos termos da referida legislação.

2. As provisões realizadas pela Administração **CONTRANTE** para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este contrato, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e serão depositados pela Administração em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome da **CONTRATADA**.

2.1 A movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade **CONTRATANTE** e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações a seguir:

2.1.1 O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

I – 13º (décimo terceiro) salário;

II - férias e um terço constitucional de férias;

III - multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

IV - encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

2.2 O órgão ou entidade **CONTRATANTE** deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira.

2.3 O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira.

3. No momento da assinatura do contrato ou durante sua execução o órgão ou entidade **CONTRATANTE** e a empresa vencedora do certame realizarão os seguintes atos:

3.1. Solicitação do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, mediante ofício, para formalização da abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação;

3.2. Assinatura, pela empresa do ato da regularização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, e do termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante, nos termos do Anexo IX da Instrução Normativa 03, de 24 de junho de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Formulários conforme Anexos VI, VII e VIII da IN 03/2014)

4. O saldo da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

5. Os valores referentes às provisões de encargos, retidos por meio da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

6. Os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal poderão negociar com a Instituição Financeira, isenção ou redução das tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada, entretanto, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a Contratada será informada mediante ofício. E de acordo com o art. 17, III da Resolução nº 169/2013 do CNJ, os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta-corrente vinculada serão negociados com o banco público oficial, e, caso não seja possível a negociação, essas tarifas referidas deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

7. Os valores provisionados para atendimento dos encargos trabalhistas de que trata este contrato estão discriminados conforme tabela a seguir:

Item	Percentual a ser aplicado		
13º (décimo terceiro) salário	8,33 % (oito vírgula trinta e três por cento)		
férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias	12,10 % (doze vírgula dez por cento)		
multa sobre o FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso previo trabalhado (rescisões sem justa causa)	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43 % (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário -	Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.		
	1%	2%	3%
	7,39 % (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60 % (sete vírgula sessenta por cento)	7,82 % (sete vírgula oitenta e dois por cento)
	32,82 % (trinta e dois vírgula itenta e dois por cento)	33,03 % (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25 % (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

8. Os demais procedimentos referentes à conta vinculada seguirão as orientações contidas na Instrução Normativa 03, de 24 de junho de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão combinados com a Resolução do CNJ nº 169/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO


1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Boa Vista, Seção Judiciária de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Boa Vista - RR, em 4 de agosto 2015.



Adriano Nogueira Batista
Diretor-Geral do TRE/RR, substituto



LUIZ GONZAGA AQUINO DE OLIVEIRA
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG: